



Universidades Lusíada

Lousada, Abílio Pires 1966-

Da "Nato para o mato" ou a reestruturação : da estratégia militar portuguesa

<http://hdl.handle.net/11067/5474>

<https://doi.org/10.34628/qg3k-jf12>

Metadados

Data de Publicação

2011

Resumo

Os ataques da UPA aos fazendeiros e populações negras no Norte de Angola (15-16 de Março de 1961) e os posteriores acontecimentos na Guiné (1963) e em Moçambique (1964) obrigaram o Estado Português alterar prioridades estratégicas, concretamente, a desenvolver uma guerra de contra-subversão nos territórios ultramarinos em detrimento da concepção convencional de defesa europeia no âmbito da NATO. O que se pensava, inicialmente, que seria uma rápida campanha de pacificação resumida a acções de po...

The UPA attacks on farmers and black populations in northern Angola (15-16 March 1961) and subsequent events in Guinea (1963) and Mozambique (1964) forced the Portuguese government to change its strategic priorities, developing, namely, a counter-subversion war in the overseas territories in detriment of the conventional conception of European defense within NATO. What was initially thought to be a quick pacification campaign based on police actions has become a campaign of attrition, which the...

Palavras Chave

Portugal - Colónias - África - História militar - Século 20, Portugal - Aspectos Estratégicos, África lusófona - História militar - Século 20

Tipo

article

Revisão de Pares

Não

Coleções

[ULL-FCHS] LH, s. 2, n. 08 (2011)

Esta página foi gerada automaticamente em 2024-11-14T20:14:13Z com informação proveniente do Repositório

**DA “NATO PARA O MATO” OU A REESTRUTURAÇÃO
DA ESTRATÉGIA MILITAR PORTUGUESA**

Abílio Pires Lousada
Tenente-Coronel
Professor de História Militar do Instituto de Estudos Superiores Militares
lousada.abilio@gmail.com

RESUMO

Os ataques da UPA aos fazendeiros e populações negras no Norte de Angola (15-16 de Março de 1961) e os posteriores acontecimentos na Guiné (1963) e em Moçambique (1964) obrigaram o Estado Português alterar prioridades estratégicas, concretamente, a desenvolver uma guerra de contra-subversão nos territórios ultramarinos em detrimento da concepção convencional de defesa europeia no âmbito da NATO.

O que se pensava, inicialmente, que seria uma rápida campanha de pacificação resumida a acções de polícia tornou-se uma campanha de desgaste, que as Forças Armadas sustentaram e o poder político alienou.

O texto analisa a Estratégia Militar desenvolvida pelo Estado Português na Guerra do Ultramar, assente em dois pontos: em que moldes foi reorganizado o aparelho militar; qual foi a metodologia do emprego de forças. Assim, no âmbito da estratégia estrutural (composição, organização e articulação dos meios), procura-se compreender a amplitude da reorganização militar portuguesa para fazer face ao conflito. A análise da metodologia do emprego de forças releva da estratégia operacional.

Palavras-Chave

- Guerra do Ultramar
- Forças Armadas
- Reorganização Militar
- Estratégia Militar
- NATO

ABSTRACT

The UPA attacks on farmers and black populations in northern Angola (15-16 March 1961) and subsequent events in Guinea (1963) and Mozambique (1964) forced the Portuguese government to change its strategic priorities, developing, namely, a counter-subversion war in the overseas territories in detriment of the conventional conception of European defense within NATO.

What was initially thought to be a quick pacification campaign based on police actions has become a campaign of attrition, which the Armed Forces supported and the political power alienated.

The text analyzes the Military Strategy developed by Portugal in its Overseas War, based on two points: in which mode was the military power reorganized and which was the employing forces method. Thus, in the framework of structural strategy (composition, organization and coordination of the means), we seek to understand the extent of the Portuguese military reorganization to cope with the conflict. The analysis of employing forces method derives from operational strategy.

Keywords

- Overseas War
- Armed Forces
- Military Reorganization
- Military Strategy
- NATO

Página de Rosto

Os ataques da UPA aos fazendeiros e populações negras no Norte de Angola (15-16 de Março de 1961) e os posteriores acontecimentos na Guiné (1963) e em Moçambique (1964) obrigaram o Estado Português alterar prioridades estratégicas, concretamente, a desenvolver uma guerra de contra-subversão nos territórios ultramarinos em detrimento da concepção convencional de defesa europeia. O que se pensava, inicialmente, que seria uma rápida campanha de pacificação resumida a acções de polícia tornou-se uma campanha de desgaste estendida no tempo, que as Forças Armadas sustentaram e o poder político alienou.

Os decisores políticos e as chefias militares em Lisboa não foram apanhados desprevenidos, de tal forma que quando despoletou a subversão na Baixa do Cassange e em Catete, em Angola, a resposta foi imediata porque os Generais Botelho Moniz e Beleza Ferraz tinham iniciado a alteração dos dispositivos das Forças Armadas. A resposta também foi a possível, tendo em conta o tipo de agressão, as distâncias entre a Metrópole e as três Províncias Ultramarinas, o afastamento geográfico entre estas, as condições relacionadas com o clima, a orografia, a hidrografia e a vegetação em África.

Portugal conduziu a guerra através de operações de contra-guerrilha de forma a minimizar o seu impacto nas estruturas sociais portuguesas e a manter um ritmo lento e de baixa intensidade na sua condução, disseminando o mais possível o encargo pelos territórios africanos. A estratégia de contra-subversão adoptada assentou nas clássicas formas de coacção: diplomática, de forma a garantir a cooperação ou a acomodação dos aliados tradicionais e conter a oposição dos países vistos como ameaça política: económica, para melhorar as condições de vida das populações autóctones, fazendo-as sentir-se parte integrante do Portugal *d'áquem e d'álem mar*; psicológica, que se destinava a obter apoio das populações e a desmoralizar o inimigo, fortalecendo o moral das próprias forças; militar, que visava manter a ordem pública nas províncias, anulando acções subversivas, e garantir a integridade territorial, combatendo as guerrilhas africanas.

1. Linhas de Orientação Estratégicas do Estado Novo

É perceptível que o Conceito Estratégico Português obedece a constantes de política externa desde o século XV ao XX: a percepção contraditória entre o oceano e o continente europeu, concretamente entre o Atlântico e a Espanha, que vincou a afirmação da vocação marítima do País; decorrente dessa realidade geopolítica, um conjunto de movimentos de longa duração histórica materializados nas alianças privilegiadas com a Inglaterra; um investimento estrutural no projecto ultramarino que foi, sucessivamente, desde a Índia, até o século XVII, ao Brasil, do século XVII ao XIX, até África, nos séculos XIX e XX.

Estas constantes permaneceram durante o Estado Novo, embora a conjun-

tura externa tenha imprimido algumas linhas de força que obrigaram o regime a reajustamentos na estratégia delineada, como aconteceu com a Guerra Civil de Espanha, a 2ª Guerra Mundial, a adesão à NATO, e a Guerra do Ultramar.

As mais constantes e fortes relações bilaterais de Portugal foram as desenvolvidas com a Espanha. Se a ameaça espanhola permaneceu equacionada, com Salazar assumiu contornos específicos, que aproximaram os dois países. O primeiro acontecimento marcante foi a Guerra Civil de Espanha (1936-1939), que implicou um problema de segurança na fronteira terrestre. O conflito, como é sabido, internacionalizou-se e Salazar, temendo um regime comunista junto às fronteiras, fez do apoio aos nacionalistas de Franco um desígnio de Estado.

Também a 2ª Guerra Mundial contribuiu para essa cooperação. Consciente que assegurar a neutralidade passava por igual pressuposto na política espanhola, Salazar procurou obter garantias similares de Franco. A chave do sucesso assentou na intermediação da Inglaterra e na assinatura do Pacto Ibérico de 1940, onde a neutralidade e a não agressão mútuas ficaram vincadas.

A criação da NATO foi o terceiro acontecimento que influiu na relação entre os países ibéricos. Devido a razões geopolíticas de natureza funcional centradas nas ilhas do Atlântico, Portugal foi convidado para membro fundador da NATO, em 1949, o mesmo não acontecendo com a Espanha, situação que esfriou as relações na Península. Contudo, a Salazar não interessava o isolamento da Espanha, pelo que procurou conciliar os princípios e objectivos da NATO com os do Pacto Ibérico; inviabilizada a intenção de inserir a Espanha na Aliança, obteve-se um acordo bilateral com os Estados Unidos, em 1953, incluindo-se, assim, Madrid no sistema de defesa ocidental.

Quando Portugal aderiu à NATO, a estrutura militar do País assentava num Exército de massas resultante da reorganização de 1937, situação contrária às intenções da Aliança, que pretendia que *“Portugal contribuisse para a defesa euro-atlântica com uma pequena força aero-naval.”*¹ A verdade é que a NATO acabou por influir nas prioridades estratégicas para a utilização das forças militares e na mentalidade dos oficiais. Militarmente, as prioridades foram fixadas, por esta ordem, na defesa de Portugal Continental (ilhas atlânticas incluídas), na contribuição para a defesa da Europa, na reserva geral e na defesa nos Pirenéus². Quanto à mentalidade castrense, a cooperação inter oficiais na esfera da Aliança fez surgir *“no final dos anos 50 uma geração NATO”*³, geração que originou clivagens dentro das Forças Armadas e entre estas e o Poder Político, como aconteceu com a campanha presidencial de Humberto Delgado, em 1958, e a tentativa de golpe de Estado do General Botelho Moniz, em 1961, para depois reverter num «cerrar

¹ António Silva Ribeiro, Organização Superior de Defesa Nacional. Uma Visão Estratégica (1640-2002), Lisboa, Prefácio, 2004.

² Pedro Cardoso, *“Evolução do Conceito Estratégico Nacional no Século XX”*, in Estratégia, Vol. IV, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

³ António José Telo, Portugal e a NATO. O Reencontro da Tradição Atlântica, Lisboa, Edição Cosmos, 2006.

fileiras» entre o poder político e a componente militar, que a Guerra do Ultramar cimentou. O facto de a Aliança Atlântica não incluir as possessões a Sul do Trópico de Câncer, obrigou ao desenvolvimento de uma estratégia nacional específica para o Ultramar. Pelo que se infere, o dispositivo geopolítico do País tornou-se Atlântico que, associada ao facto da sua base geoeconómica estar em África, originou um afastamento estratégico do continente europeu, quase cingido aos contactos bilaterais com a Espanha.

2. Na Antecâmara da Guerra

A transformação da Política de Defesa Nacional fez-se sentir no início de 1956, devido ao processo de descolonização em África. Se, entre as duas guerras mundiais, Portugal beneficiou do estatuto imperial das potências europeias vencedoras da 1ª Guerra Mundial (Inglaterra e França), tudo mudou depois de 1945⁴, quando África salta para o topo da agenda internacional, que apresenta 1960 como o ano marcante⁵. Contudo, apoiado na premissa de que as Províncias Ultramarinas eram território integrante do Conjunto Português, Salazar não enveredou pela cedência de soberania de «parcelas» africanas. Consequentemente, Portugal perdeu o apoio da Grã-Bretanha e passou a sofrer a pressão americana⁶, alcançando, em contrapartida, um realinhamento com a França e Alemanha. De facto, Enquanto Washington pressionou Lisboa a encontrar uma solução política para a Guerra e a Inglaterra não pôde apoiar diplomaticamente Portugal na questão Indiana, o Regime procurou o apoio da NATO nas guerras em África, esgrimindo o perigo crescente da influência soviética no Atlântico Sul. Porém, a irreductível postura *out for area* da Aliança impedia a utilização de meios NATO em missões não NATO, motivando o Estado Novo a esfriar as relações com a Organização.

Portanto, a preocupação face ao Ultramar é assumida e Salazar reafirma, em discurso de 30 de Maio de 1956, proferido na SGL, a sua disponibilidade estra-

⁴ Destacam-se um conjunto de factores que o favoreceram: quebra da supremacia estratégica global de uma Europa devastada; a Carta das Nações Unidas, que advoga o direito à autodeterminação dos povos; a descolonização asiática e o “patrocínio” da Conferência de Bandung, que motiva o recurso ao uso da força armada para a libertação africana; o confronto bipolar no âmbito da guerra fria, pelo qual a URSS e os EUA se substituem às potências europeias em África.

⁵ Em 1960, dezoito países africanos declararam a independência, num processo que só terminou em 1994 quando a Eritreia se separou da Etiópia.

⁶ Não obstante, os EUA demitiam-se de debater formalmente, no seio da Aliança, questões relativas à política africana portuguesa, atendendo que o bloco afro-asiático presente na ONU se aproximava dos interesses soviéticos. Acresce que tanto a França como a Inglaterra receavam uma retracção de Portugal em África e a inerente ingerência dos EUA na África Austral.

tégica para a defesa do Império, afirmando que Portugal é uma Nação “*sem dúvida estranha, complexa e dispersa pelas sete partidas do mundo*”, mas com um sentimento comum em toda a parte de “*que ali é Portugal*”⁷. Na verdade, desde o Acto Colonial de 1930 que África era assumida como uma razão de Estado: “*Sem ela, seríamos uma pequena nação; com ela somos um grande país*”, fundamentava Marcello Caetano⁸. Essa obsessão com a «Pátria Negra» justificava-se, de acordo com Salazar, com a trilogia geografia, heroísmo e comércio⁹.

Desenvolveram-se, então, medidas estruturais de Fomento destinadas a melhorar o nível de vida das populações, acelerar o povoamento e atrair aos territórios ultramarinos os grandes capitais e as indústrias. As questões sócio-económicas sobrepunham-se a qualquer acto militar ostensivo de imposição da soberania

É a partir de 1958 que o Regime assume que um conflito no Ultramar era inevitável, equacionando uma inversão estratégica, ou seja, dar prioridade a África em detrimento da NATO, da Europa e da Espanha.

No entanto, as opiniões divergiam entre os que argumentavam que a defesa dos territórios portugueses passava por uma maior aproximação à Aliança Atlântica e os que entendiam que a reorganização se devia fazer no sentido de privilegiar a defesa dos territórios ultramarinos. Efectivamente, em 1959, enquanto o Ministro da Defesa, General Botelho Moniz, ainda considerava que no contexto de guerra fria a Europa constituía o teatro a privilegiar, o Ministro da Marinha, Almirante Quintanilha Dias, defendia a necessidade de mais navios de “alto mar” e o Subsecretário da Aeronáutica, General Kaúlza de Arriaga, pedia mais meios aéreos, Salazar afirmava que “*o certo é que temos uma guerra no Ultramar e ela será de guerrilhas. Para isso, temos que estar preparados*”. Enquanto isso, o Ministro do Exército, Almeida Fernandes, aconselhava, numa Directiva, datada de 29 de Abril: “*a urgente disponibilidade de unidades terrestres que, pela sua organização, apetrechamento e preparação possam ser empregadas na execução de operações de tipo especial: operações de segurança interna de contra-subversão e de contra-guerrilha*”¹⁰, para actuarem na Guiné, em Angola e em Moçambique.

Em 25 de Janeiro de 1960, a Directiva do General CEMGFA provocou uma alteração profunda nos objectivos estratégicos nacionais, apontando para a preparação de uma guerra no Ultramar, face às seguintes ameaças: acção insidiosa dos países vizinhos; guerra subversiva conduzida no interior dos territórios; sublevação¹¹. Depois, a 25 de Novembro desse ano, o Conselho Superior de Defesa

⁷ António Silva Ribeiro, *op. cit.*

⁸ Valentim Alexandre, “*O Império Africano (Séculos XIX-XX) - As Linhas gerais*”, in *O Império Africano. Séculos XIX e XX*, Lisboa, Edições Colibri, Setembro de 2000.

⁹ P. John Cann, *Contra-Insurreição em África 1961-1974. O Modo Português de Fazer a Guerra*, S. Pedro do Estoril, Atena, 1998.

¹⁰ António Silva Ribeiro, *op. cit.*

¹¹ Francisco Proença Garcia, *Análise Global de uma Guerra. Moçambique 1964-1974*, Lisboa, Prefácio, 2003.

Nacional procedeu a uma readaptação estratégica do emprego de forças: o esforço militar da Europa foi transferido para África; reduziu-se a cooperação com a Espanha na defesa peninsular nos Pirenéus a uma atitude mais política que militar; foi revisto o plano de defesa interno do Território Nacional e os compromissos com a NATO sofreram novos ajustamentos.

1961 é o ano *horribilis* de Oliveira Salazar: em Janeiro/Fevereiro ocorre a Operação Dulcineia e o sequestro do Santa Maria, pelo Capitão Henrique Galvão; em Fevereiro, o assalto à prisão, postos de polícias e de alfândega em Luanda por activistas negros; em 15-16 de Março, a UPA acomete as fazendas no Norte de Angola chacinando brancos e negros; em Abril, ocorre a tentativa de golpe militar pensada pelo Ministro da Defesa, General Botelho Moniz; em Dezembro, a União Indiana ataca as possessões portuguesas de Goa, Damão e Diu (Estado da Índia).

Nesse ano, o Estado Novo assumiu a inevitabilidade de uma guerra nos domínios africanos, com a convicção que estava em causa a integridade do território, a preservação do Regime e a sobrevivência do próprio Estado, objectivos vitais pelos quais se predispôs a combater. Acontece que o estado de prontidão das Forças Armadas era preocupante. Para além das dificuldades de ordem financeira, impunha-se uma reafecção de meios (humanos e técnicos), um novo conceito de instrução e treino e uma harmonização de mentalidades no seio das Forças Armadas, necessários para uma remodelação profunda do aparelho militar adequável à nova tipologia de conflito.

Portanto, a partir de 1961 a “geração NATO”, que pensou a guerra de contra-subversão e adequou o aparelho militar, cedia o passo à “geração MATO”¹², que a sustentou durante treze anos.

De facto, os ataques da UPA aos fazendeiros do Norte de Angola, obrigam o Estado Novo a adoptar medidas. Enquanto na metrópole as notícias eram silenciadas, em Angola o terror tomava conta das populações e a insegurança sentia-se pela primeira vez. Quando, a 1 de Maio desse ano, um corpo expedicionário desfila em Luanda a guerra iniciava o seu curso¹³, que duraria 13 anos em Angola, 11 anos na Guiné, depois de o PAIGC pegar declaradamente em armas em 1963¹⁴, e 10 anos em Moçambique, cabendo à Frelimo o ónus da insurreição, a

¹² João Vieira Borges, “*Da Segunda Guerra Mundial à Guerra Colonial*”, in O Pensamento Estratégico Nacional, Lisboa, Edições Cosmos/IDN, 2006.

¹³ Em Angola, a reocupação de toda a região foi conseguida através do empenhamento de forças portuguesas em operações militares de grande envergadura, as quais, apesar do êxito inicial, não puderam impedir o progressivo alastramento das acções de guerrilha a outras regiões de Angola. Estas acções foram da iniciativa não só da UPA, mas também, e sobretudo, do MPLA e, mais tarde, da UNITA.

¹⁴ Na Guiné, as acções de guerrilha foram iniciadas pelo Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) em Janeiro de 1963, com um ataque ao quartel de Tite, a Sul de Bissau. As operações estenderam-se rapidamente a quase todo o território, em contínuo crescendo de intensidade, que exigiu o empenhamento de efectivos

partir de 1964¹⁵.

A instrução militar passou, então, a incorporar as técnicas de contra-guerrilha, com *O Exército na Guerra Subversiva* (1963), a servir de manual do treino militar, enquanto um conjunto de oficiais procedeu à recolha de ensinamentos e lições aprendidas em conflitos similares: no Quênia aprendeu-se a recrutar nas forças adversárias; na Malásia a retirar apoio da população e a garantir mobilidade; na Argélia, assimilou-se as valências das unidades de quadrícula e de intervenção, extrair as vantagens de emprego dos meios aéreos e desenvolver um eficaz sistema de informações; no Vietname, a captação das populações foi o ensinamento recolhido¹⁶.

3. Reorganização Militar

Foram umas Forças Armadas de massas, com elevados efectivos e baixo nível de equipamentos e armamentos, que combateu nos três teatros de operações em África¹⁷. As limitações de ordem política, financeira e tecnológica impediram a constituição de forças mais adequadas ao cumprimento das missões, como seria o caso, no Exército, de unidades de cavalaria ligeira, com viaturas blindadas para abertura de itinerários e escoltas a colunas e, na Força Aérea, aeronaves de transporte e de combate modernos e adequados à tipologia do conflito.

Quando a guerra estalou, as forças portuguesas em Angola contavam com 6 500 militares, dos quais 1500 eram europeus e 5 000 recrutados localmente, numa altura em que as Forças Armadas Portuguesas contavam 79 000 efectivos, dos quais 58 000 pertenciam ao Exército, 8 500 à Marinha e 12 500 à Força Aérea¹⁸. Espalhavam-se por toda a província e não estavam preparados para repelir uma subversão em grande escala. A máquina de guerra portuguesa foi incapaz de levar para a região efectivos em número suficiente até 1 de Maio de 1961, e de-

cada vez mais numerosos.

Quando o PAIGC sublevou a Guiné, Salazar ainda ameaçou os revoltosos anunciando para o Ultramar três tomadas de posição possíveis: “*a mais estreita e amigável colaboração, se julgarem útil; a maior correcção se formos dispensados de colaborar; a defesa dos territórios que constituem Portugal até ao limite dos nossos elementos humanos e dos nossos recursos, se entenderem por bem converterem as suas ameaças em actos de guerra e trazê-la aos nossos territórios*”: Oliveira Salazar, Discursos e Notas Políticas, Vol. VI, Coimbra, Editora Coimbra, 1967.

¹⁵ Em Moçambique, a Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo) executou a primeira acção em Setembro de 1964, com um ataque à localidade de Chai, no distrito de Cabo Delgado, estendendo depois a sua acção ao Niassa, a Tete e ao centro do território.

¹⁶ P. John Cann, *op. cit.*

¹⁷ Aniceto Afonso e Carlos Matos Gomes, *Guerra Colonial. Angola - Guiné - Moçambique*, Lisboa, Diário de Notícias, 1995.

¹⁸ P. John Cann, *op. cit.*

morou até 13 de Junho para reocupar o primeiro e pequeno posto administrativo de Lucunga¹⁹. Contudo, perto do final de 1961, Portugal movera 40 422 das suas tropas europeias para as três colónias e, no final do conflito, em 1974, Portugal tinha 217 000 homens em armas, dos quais 149 000 se localizavam nos três palcos africanos²⁰.

Porém, os problemas com o recrutamento existiram e foram graves, principalmente ao nível dos quadros. À míngua de pessoal do quadro permanente, desgastado por sucessivas comissões, o governo reforçou o quadro de complemento para o exercício de funções e a execução de tarefas para as quais não tinham suficiente qualificação²¹.

Em 1974 a situação era extremamente preocupante, pois nas fases de instrução básica e especial todos os quadros eram, na prática, oficiais e sargentos milicianos. E, assim, com o decorrer das campanhas, foi evidente a degradação da preparação técnica e da formação moral na instrução ministrada na Metrópole, com consequências ao nível da eficácia das unidades. Se o início do conflito coincidiu com um período de entendimento entre o Poder Político e as Forças Armadas, a sua continuação e as exigências crescentes da afectação de recursos humanos para o «alimentar» preocupou as chefias. O voluntarismo inicial dos oficiais e sargentos, a quem eram permitidas comissões de quatro anos seguidos ou seis alternados, deu lugar à imposição, por manifesto cansaço do Ultramar²².

Quanto às praças, que eram obrigadas a uma comissão de dois anos, o moral começou a diminuir, principalmente quando as rendições passaram a sofrer atrasos e o número de refractários cresceu, devido à emigração.

A solução foi o recuso ao recrutamento localizado, a denominada africanização dos efectivos. Inicialmente, a finalidade destes efectivos era a autodefesa das populações e a actuação como guias ou pisteiros. Mas rapidamente esta norma foi alterada, criando-se unidades que se tornaram verdadeiras forças operacionais. Para se ficar com uma ideia do crescimento destas forças de segurança, milícias e organizações para-militares, no início da guerra, em 1961, a percentagem média das tropas africanas no quadro das tropas metropolitanas era da ordem dos 20,9%, atingindo os 38,7% em 1974, com uma distribuição desigual: triplicou em Angola (de 14,9% para 42,4%), duplicou em Moçambique (26,8% para 53,6%) e manteve-se praticamente inalterável na Guiné-Bissau (cerca de 20%)²³.

¹⁹ Comissão para o Estudo das Campanhas de África, *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-1974)*, 2º Vol., Lisboa, Estado-Maior do Exército, 2ª edição, 1998.

²⁰ P. John Cann, *op. cit.*

²¹ Por razões de ordem financeira, tanto Salazar como Caetano não reforçaram os quadros, como exigia a situação, argumentando que “os quadros eram duradouros e a guerra temporária”. Luís Salgado de Matos, “A Orgânica das Forças Armadas Portuguesas”, in *Nova História Militar de Portugal*, Vol. 4, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2004.

²² Luís Salgado de Matos, *op. cit.*

²³ Comissão para o Estudo das Campanhas de África; Nuno Severiano Teixeira, “*Portugal e as Guerras de Descolonização*”, *Nova História Militar de Portugal*, *op. cit.*

Em 1959, a Marinha interrompeu 40 anos de presença em África cingida a serviços que se ocupavam do Fomento Marítimo. Tomaram-se, então, um conjunto de medidas que permitissem a defesa das linhas de comunicação fluviais e lacustres, com o duplo objectivo de garantir a sua utilização segura e de exercer uma acção de contra-penetração, operando com as esquadilhas de lanchas de fiscalização e de desembarque²⁴. Paralelamente, competia-lhe desenvolver o esforço logístico mediante a ligação teatro de operações – zona do interior e apoiar as diversas unidades das forças militares e de apoio às populações. Nesse sentido, instituíram-se os Comandos Navais (Angola, Moçambique), que visavam assegurar a eficácia a nível regional e a sua correcta ligação aos centros de decisão e aos pontos de apoio da Metrópole, foram criados os Comandos de Defesa Marítimos (Cabo Verde e Guiné) subordinados aos Comandos Navais e organizaram-se unidades navais, de fuzileiros e de mergulhadores-sapadores.

Se, à Marinha, se deveu o controlo das vias fluviais e apoio logístico e operacional efectuado com as esquadilhas de lanchas de fiscalização e de desembarque, operando, principalmente, no lago Niassa e no rio Zambeze (Moçambique), nos rios do Leste, rio Zaire e Chiloango (Angola) e em toda a Guiné, a actuação da Força Aérea revelou-se imprescindível para a conduta da actividade operacional das forças terrestres e da sua sustentação logística, apesar de a maioria das aeronaves estarem tecnicamente ultrapassadas, com excepção dos helis e dos meios de transporte estratégicos B-707, adquiridos já na fase terminal da guerra.

Assim, procedeu-se ao levantamento de infra-estruturas, concretamente, Bases Aéreas, Aeródromos Base e Aeródromos de Manobra. Nas Bases Aéreas ficavam sedeados os meios com capacidade de emprego a nível do teatro de operações, funcionando ainda como terminais de transporte aéreo estratégico que asseguravam o funcionamento das linhas de abastecimento logístico de natureza urgente a partir de Lisboa. Os Aeródromos Base estavam dotados, também,

Foi em 1966, em Angola, que surgiram as primeiras Tropas Especiais (TE's), constituídas por antigos guerrilheiros capturados ou apresentados às tropas portuguesas. Em 1968, formaram-se também em Angola os Grupos Especiais (GE's), que estavam vocacionados para actuarem nas áreas do seu nascimento ou da sua actuação. Havia ainda outros grupos como os Flechas, os Fiéis ou os Leais: os Flechas, que chegaram a ser uma dúzia de grupos, eram organizados, instruídos e controlados pela PIDE/DGS; os Fiéis, organizados em companhias de caçadores, foram recrutados entre os soldados da gendarmerie catanguesa que, a partir de 1967, abandonaram o território do Congo/Zaire, juntamente com os mercenários brancos; os Leais formavam apenas uma companhia, constituída por refugiados zambianos opositores ao regime do Presidente Kenneth Kaunda, que actuavam no saliente do Cazombo. Em Moçambique formaram-se alguns GE's tendo, em 1971, sido criados os Grupos Especiais Pára-quedistas (GEP's). Na Guiné as forças auxiliares eram todas chamadas milícias e, tal como nos outros teatros de operações, verdadeiras unidades operacionais: John Cann, *op. cit.*

²⁴ António Emílio Sachetti, "A acção da Armada nas Campanhas de África", in Estudos Sobre as Campanhas de África (1961-1974), Lisboa, Edições Atena, 2000.

com meios aéreos e capacidade de manobra e abastecimento, enquanto os Aeródromos de Manobra, que não tinham meios aéreos atribuídos em permanência, constituíam uma malha em torno dos Aeródromos de Base vocacionados para apoio a operações prolongadas²⁵.

Ainda antes do início do conflito, deu-se prioridade de planeamento à missão de transporte, constituindo o Noratlas o avião vocacionado para essa função mas, de facto, alguns tipos de aeronaves cumpriram com grande dificuldade as missões para as quais tinham sido concebidas. Como exemplo, temos o T-6, um avião de instrução utilizado sem grande sucesso pelos franceses na Argélia, o F-84, avião caça-bombardeiro já abatido e que foi, entretanto, recuperado, o B-26, avião utilizado na 2ª Guerra Mundial. O próprio Fiat G-91, avião de construção mais recente, estava no limiar da obsolescência. Apesar dessa constatação, a chefia da Força Aérea não conseguiu durante os 13 anos de guerra ver aprovado qualquer projecto de modernização, que previa a aquisição do Cessna e do Aviocar para melhorar capacidades de apoio logístico às forças terrestres²⁶.

A ausência de oposição aérea e a reduzida expressão inicial da ameaça anti-aérea permitiram que a Força Aérea cobrisse praticamente todo o espectro de modalidades de acção aéreas de reconhecimento, fogo e transporte²⁷. Entretanto, a guerrilha evoluiu em poder anti-aéreo e adquiriu mísseis terra-ar (strella), fazendo aumentar, gradualmente, o número de aeronaves abatidas, particularmente na Guiné. Consequentemente, algumas missões essenciais para a manobra das forças terrestres, como reconhecimentos visuais e PVC, deixam de se fazer nos moldes habituais, afectando também o transporte do correio e a sustentação logística. Apesar das limitações do seu raio de acção, o Fiat G-91 é a única aeronave com poder de fogo e flexibilidade suficientes para atacar anti-aéreas, constituindo os helicópteros Alouette as medidas anti-míssil, apesar de ser vulnerável às armas anti-aéreas e ligeiras, principalmente durante as manobras de aproximação e de descolagem.

Seja como for, a adopção de medidas de protecção contra os mísseis diminuíram as vulnerabilidades das aeronaves e aumentaram a confiança dos pilotos, não deixando no entanto de afectar para sempre a liberdade de actuação da Força Aérea, colocando severas restrições a alguns tipos de operações efectuadas.

Mas a guerra desenrolou-se, essencialmente, em terra. Assim, foi sobre o Exército que recaiu o esforço de guerra, cabendo às forças navais e aéreas apoiar as operações terrestres. Nesse sentido, acabou-se com a diferenciação entre Exército Metropolitano e Exército Colonial (que vinha do tempo das Campanhas de Ocupação Africanas, no século XIX) e atribuiu-se ao Exército a missão abrangente

²⁵ Aurélio B. Aleixo Corbal, *“O vector aéreo nas campanhas de África. Análise conceptual e estrutural”*, in Estudos Sobre as Campanhas de África (1961-1974), Lisboa, Edições Atena, 2000.

²⁶ Aurélio B. Aleixo Corbal, *op. cit.*

²⁷ Idem.

te de “assegurar a defesa terrestre do território nacional metropolitano e ultramarino contra qualquer agressão externa e interna”²⁸. Foi criada a 3ª Região Militar (Angola, que incluía também S. Tomé e Príncipe), a 4ª Região Militar (Moçambique) e 7 Comandos Territoriais Independentes (onde se incluía a Guiné). Determinou-se a criação de «unidades especiais de intervenção imediata», de modo que, organizadas, apetrechadas e preparadas, pudessem ser empregues na execução de operações de segurança interna de contra-subversão e de contra-guerrilha. Assim, em 1959, criou-se o Centro de Instrução de Operações Especiais, de onde saíram as Companhias de Caçadores Especiais²⁹. Em 1962, foi retomada a ideia de se constituírem unidades especiais de contra-guerrilha, ministrando-se instrução intensiva a grupos de combate e a alguns batalhões de quadrícula, que foram empenhados como grupos de intervenção. Esta experiência permitiu a criação do Centro de Instrução de Comandos (6 de Junho de 1965), que deu provas do seu valor no conjunto dos teatros de operações.

4. Metodologia de emprego de Forças

Dos princípios estratégicos aplicáveis na guerra em África salientam-se: a contra-subversão é uma luta pela população e nunca contra a população; a luta contra a subversão não pode ser levada a efeito exclusivamente pelas forças militares e estas não devem actuar unicamente pelas armas³⁰. Portanto, a actuação contra-subversiva partia da premissa de que este tipo de guerra não se ganha pela acção militar, mas perde-se pela inacção militar, constituindo objectivo primário das Forças Armadas garantir a liberdade de acção política, governativa e administrativa³¹. Em 15 de Abril de 1961, o então Coronel Costa Gomes afirmava no Diário Popular que o problema das províncias africanas era um complexo de problemas do qual o militar é uma das partes que está longe de ser a mais importante³². Com opinião semelhante, para o General Augusto dos Santos os militares estavam no território para garantir a tranquilidade sócio-económica³³.

²⁸ Decreto-Lei n.º 42564, de 7 de Outubro de 1959.

²⁹ Apesar da meritória capacidade operacional, as Companhias de Caçadores Especiais acabaram por ser extintas, decidindo-se, em determinada altura, “*não há Caçadores Especiais, são todos normais*”: As razões prendem-se com o “aligeirar” dos critérios de selecção das praças, a diminuição do número de militares do quadro permanente e a restrição do tempo de formação: António S. Soares Carneiro, “*As transformações Operadas nas Forças Armadas para Responder às Exigências do Conflito em África*”, in Estudos Sobre as Campanhas de África (1961-1974), Lisboa, Edições Atena, 2000.

³⁰ Documento Política Militar Nacional – Elementos para a sua Definição (Abril de 1959) e Estado-Maior do Exército, O Exército na Guerra Subversiva, 1963.

³¹ Francisco Proença Garcia, *op. cit.*

³² António Silva Ribeiro, *op. cit.*

³³ José Freire Antunes, A Guerra de África 1961-1974, vol. I, Círculo de Leitores, 1995.

Portanto, a resposta exigia “*uma acção coordenada e muito íntima entre as Forças Armadas, as autoridades administrativas e as populações, uma atenta vigilância na retaguarda e uma integração perfeita das acções diplomática, económicas, psicológicas e militares*”³⁴.

E, assim, os estudos efectuados evidenciam três factores importantes a reter: a necessidade de uma implantação territorial, designada por unidades de quadrícula, que efectuasse acções de nomadização, patrulhamento, protecção de itinerários e garantisse, por um lado, a segurança das populações e que as levasse a abandonar o apoio à guerrilha e, por outro lado, que procedesse à cativação dos elementos afectos à guerrilha, com vista aos seu recrutamento e posterior aplicação contra a mesma guerrilha; a existência de forças de intervenção com elevada mobilidade, de forma a actuar em tempo oportuno contra formações inimigas; a importância de um sistema de informações integrado e coordenado para permitir o aproveitamento adequado das notícias recolhidas.

Portanto, a manobra militar actuava punitivamente sobre os grupos armados que prejudicassem a manobra sócio-económica, expulsando-os da sua zona de esforço, por meio de acções de retaliação punitivas, ao mesmo tempo que procurava aliciar alguns dos seus elementos para o lado da autoridade constituída³⁵. Assim, a reorganização territorial fixou a divisão em Comandos Territoriais, aos quais se sobrepunham uma quadrícula que tinha o Batalhão como unidade base. Porém, as unidades de quadrícula ficavam, tendencialmente, imobilizadas na área dos aquartelamentos, deixando a maioria das vezes a iniciativa das acções operacionais aos elementos das forças de intervenção, mais aptas para operações de contra-guerrilha, ocupação de áreas sensíveis e escoltas.

Porque a subversão procura apoiar-se no estado de subdesenvolvimento das populações, a doutrina de contra-subversão aponta como objectivo fundamental da guerra a conquista da adesão das populações. Ou seja, o estrato social autóctone apresenta-se como centro de gravidade estratégico da guerra. Nas regiões afectadas pela subversão, os negros passaram a ser as principais vítimas, razão pela qual as populações foram reagrupadas. Eram projectados com uma dimensão que tornasse possível a autodefesa e justificasse a implantação de equipamentos de interesse colectivo correspondentes aos seus anseios e interesses, onde o apoio sanitário, a promoção social, a manutenção da rotina quotidiana e a segurança estivessem garantidos.

Face às precárias condições de transitabilidade existentes, dizia-se em África que a subversão começava onde acabava a via de comunicação. Estas tinham uma grande importância de natureza militar, pela mobilidade que conferiam às tropas nos movimentos tácticos e logísticos, bem como pelas facilidades que podiam conceder à aproximação das zonas de refúgio do inimigo. A importância era ainda maior no desenvolvimento económico dos territórios e na promoção

³⁴ Comissão para o Estudo das Campanhas de África, *op. cit.*

³⁵ Francisco Proença Garcia, *op. cit.*

das populações.

Num continente em processo de descolonização, para Portugal os maiores problemas de controlo da subversão encontravam-se no seio de etnias cujas áreas de implantação se estendiam para o interior de territórios africanos recentemente independentes³⁶. Concretamente, países como o Senegal e a Guiné Conakri no caso da Guiné-Bissau, o Congo Belga e a Zâmbia relativamente a Angola, a Zâmbia e Tanzânia para Moçambique apoiavam os movimentos de libertação, autorizando a instalação nos seus territórios de campos de instrução, de bases operacionais e logísticas e, também, a circulação de materiais, de pessoas e de guerrilheiros. Situação que criou sérias dificuldades às forças portuguesas, na medida em que se tornava difícil evitar a sua entrada no território e, uma vez atravessada a fronteira, localizá-los.

Operando a partir de uma Base e porque os efectivos eram reduzidos³⁷, a guerrilha exigia dos combatentes grande rusticidade e mobilidade, características que fundamentavam a sua adaptação aos terrenos difíceis, que conheciam melhor do que as forças regulares, mais pesadas e mais lentas³⁸. Como norma, as guerrilhas evitavam empenhar-se decisivamente com as tropas regulares, privilegiando a manobra de lassidão, materializada em emboscadas a colunas militares, ataques a aquartelamentos e utilização de minas/armadilhas nos itinerários. No entanto, os guerrilheiros africanos tinham vulnerabilidades, porquanto os laços estabelecidos pela consciência tribal criavam fracturas entre eles. Estas diferenças e os antagonismos étnicos, as diferenças culturais e ideológicas e, até, as disputas entre as chefias, minaram-lhes, em alguns casos, a disciplina e o moral, diminuindo-lhes a eficácia.

Em escassos meses, os efectivos militares portugueses multiplicaram-se e desdobraram-se por inúmeras e distantes instalações, num teatro de operações com uma extensa linha de comunicações de onde tinham que receber quase todos os tipos de recursos necessários. Com algumas carências de determinados abastecimentos e com reabastecimentos nem sempre oportunos, o dispositivo logístico foi-se desenvolvendo e adaptando à manobra operacional, baseando-se numa logística de serviços. Numa guerra subversiva como a que Portugal suportou, o apoio logístico apresenta características próprias, a saber: descentralização e dispersão dos órgãos logísticos, com a conseqüente vulnerabilidade, bem como das comunicações que a servem; conveniência da máxima exploração dos recursos locais; necessidade de estabelecer órgãos polivalentes para o reabastecimento; a carência dos transportes terrestres, a fraca qualidade das vias existentes e a

³⁶ João José Brandão Ferreira, *Em Nome da Pátria. Portugal, o Ultramar e a Guerra Justa*, Alfragide, Publicações Dom Quixote, 2009.

³⁷ Em Angola, a FNLA tinha uma força de 6 200 homens com base no Congo Belga, o MPLA estabeleceu-se em Brazaville (na Zâmbia, a partir de 1966), contando 4700 homens, e a UNITA contava apenas 500 guerrilheiros. Em Moçambique, a FRELIMO contava com 9600 guerrilheiros e, na Guiné, o PAIGC tinha 6500 homens em armas, em 1970.

³⁸ Aniceto Afonso e Carlos Matos Gomes, *op. cit.*

sua extensão conferem importância acrescida ao transporte aéreo; a evacuação dos indisponíveis tem que ser realizada quase exclusivamente por via aérea; a conservação do material adquire a maior importância; os serviços técnicos são consideravelmente desenvolvidos³⁹. A ligação teatro de operações – zona do interior fazia-se preferencialmente por mar, sendo uma ligação morosa, podendo os meios aéreos transportarem pessoal, material e equipamentos críticos pouco volumosos.

Resumindo, a componente militar portuguesa assumiu o objectivo de combater pela defesa da soberania, adequou os meios disponíveis ao binómio terreno/inimigo e fez a guerra mediante um modelo “comportamental” que ultrapassou o simples uso da força armada, ou seja, combateu as guerrilhas, garantiu segurança e bem-estar às populações coagidas (brancas e negras) e desenvolveu uma política de fomento. Portanto, Portugal a conduzir a guerra de forma a minimizar o seu impacto nas estruturas sociais portuguesas e a manter um ritmo lento e de baixa intensidade na sua condução, traduzida naquilo que John Cann designou “*o modo português de fazer a guerra*”⁴⁰.

5. Virar de Página

Apesar do relativo atraso da economia portuguesa, Portugal desenvolveu um estilo de campanhas de contra-insurreição através de uma síntese de experiências de conflitos semelhantes e da sua própria experiência em África desde o século XV. A aplicação sistemática deste modo de pensar à ameaça colocada pelos movimentos nacionalistas foi efectuada tanto com uma perspectiva de estratégia nacional de contenção de custos e dispersão de meios, como no modo de dirigir a situação no campo de batalha. O actor que desenvolva uma guerra de contra-subversão tem contra si o factor tempo⁴¹. Do mesmo modo, uma guerra deste tipo pode não se ganhar pela acção militar, mas perde-se garantidamente pela inacção militar, cujo fundamento estratégico é deter a iniciativa da guerra e viabilizar margem negocial para o poder político encontrar uma solução adequada, se esse for o caminho definido.

Neste aspecto, as Forças Armadas Portuguesas cumpriram a missão, desaproveitada por um poder político incapaz de encontrar uma via intermédia entre a integração e a independência⁴². De facto, o Poder Português controlava, em

³⁹ Adelino Rodrigues Coelho, “*O desenvolvimento da Estratégia Militar. A organização logística de apoio aos teatros de operações – o caso de Moçambique*”, in Estudos Sobre as Campanhas de África (1961-1974), Lisboa, Edições Atena, 2000.

⁴⁰ John Cann, *op. cit.*

⁴¹ À medida que a guerra se distende no tempo e no espaço a força moral do poder soberano decresce, a capacidade combativa diminui e o opositor ganha uma crescente liberdade de acção política e capacidade combativa.

⁴² João José Brandão Ferreira, *op. cit.*

finais de 1973, cerca de 98% do território angolano, em Moçambique, a FRELIMO detinha capacidade de iniciativa no eixo Niassa/Tete mas revelava-se incapaz de sustentar posições, enquanto as Forças Armadas Portuguesas conservavam ampla margem operacional; na Guiné, a causa era de difícil sustentação, sobretudo após a declaração unilateral de independência proclamada por Nino Vieira (24 de Setembro).

Mas o cansaço militar do Ultramar era uma evidência que consciencializou sectores militares portugueses que a guerra tinha que passar forçosamente por uma solução política. O próprio Marcello Caetano intuiu a crescente gravidade da situação, desabafando: *“temos de continuar a guerra e de apostar na autonomia progressiva e participada. Agora quanto à continuação da guerra tenho as maiores dúvidas. Porque as Forças Armadas já não se querem continuar a bater, e o que desejam é fazer a paz. O moral das tropas é péssimo, e a infiltração comunista nos oficiais milicianos e nos sargentos é enorme. Não sei dizer por quanto tempo mais aguentarão o grande esforço que lhes é pedido. Suspeito de que não será por muito”*⁴³.

Uma evidência que alimentou a génese de um movimento militar corporativo que propugnou o fim da guerra e, em última instância, conduziu ao derrube do Estado Novo através da revolta militar de 25 de Abril de 1974.

⁴³ Freitas do Amaral, O Antigo Regime e a Revolução. Memórias Políticas (1941-1975), Lisboa, Círculo de Leitores, 1995.